



# Anais da Assembleia

N.º 10

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 1977

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 8ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Gabriel Sampaio, Lázaro Dumont, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo e Otássio Pereira (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 128/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, dando nova redação ao artigo 1º da Lei número 6258 de 23 de dezembro de 1971, e alterando para ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE UMUARAMA, a denominação da entidade sediada nessa cidade. Com parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

### PROJETO DE LEI NÚMERO 128/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — O artigo 1º da Lei número 6258, de 23 de dezembro de 1971, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Umuarama, sediada na cidade do mesmo nome”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO, ALFREDO GULIN, EZEQUIAS LOSO

### JUSTIFICATIVA:

Foi alterado o nome da entidade acima aludida, conforme se verifica pela ata anexa. Eis o motivo da apresentação do presente plano de lei, para o qual se espera o apoio e aprovação pelos nobres pares componentes desta augusta Casa.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 129/76

De autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, visa o presente projeto de lei dar nova redação ao artigo 1º da Lei número 6258, de 23/12/71, declarando de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Umuarama, sediada na cidade do mesmo nome.

Conforme se verifica pela justificativa e pela ata que acompanham este processo, foi alterado o nome da entidade acima aludida. Não há nenhum impedimento de ordem constitucional ou legal que possa servir de obstáculo ao acolhimento da matéria por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 10, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 128/76.

Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Camargo e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Gabriel Sampaio, Lázaro Dumont, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo e Otássio Pereira (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**MENSAGEM:**

**MENSAGEM NÚMERO 52/77**

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva fixar, a partir de 01 de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do pessoal civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

Visa ainda o Anteprojeto de Lei em questão, fixar, a partir de 01 de março de 1977, os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

Devo inicialmente mencionar que o anexo Plano de Lei consubstancia criteriosos estudos realizados pelos Órgãos competentes da Administração que levaram em conta:

I — as disposições constitucionais relativas a manutenção da despesa global com pessoal, em bases que ofereçam um necessário equilíbrio ao Erário Público (Art. 64 da Constituição Federal e Art. 34 da Constituição do Estado);

II — as determinações da Carta Magna da Nação e da Legislação Federal aplicáveis à matéria;

III — a atual conjuntura financeira do Estado, bem como as dotações consignadas na Lei Orçamentária para o atendimento das Despesas de Pessoal;

IV — as diretrizes e normas de Política Financeira, adotadas pela União e pela mesma recomendada aos Estados para a superação das dificuldades que momentaneamente afetam a economia nacional.

Cumpra ainda assinalar que no bojo ao Anteprojeto pretende-se iniciar a correção de algumas das distorções verificadas no plano salarial dos Servidores do Estado.

O primeiro ponto que me parece relevante mencionar, diz respeito a correção do achatamento salarial que atinge atualmente os níveis inferiores de remuneração dos funcionários públicos. No âmbito do Poder Executivo, tal achatamento abrange os 11 primeiros níveis dos Quadros de Pessoal, ensejando, por consequência, aos ocupantes desses níveis, que são distintos em responsabilidades, uma mesma remuneração, isto, em flagrante desacordo com as normas mais elementares que devem reger a hierarquia salarial. Para correção desta situação, prevê o Anteprojeto a fixação de valores diferenciados para os níveis até então atingidos pelo achatamento.

Assim sendo, é prevista revisão dos níveis inferiores de remuneração em percentagens maiores que para as categorias mais elevadas, guardando, tal fato, coerência com a política financeira e salarial da União, de vez que, a estas categorias mais elevadas, se atribui aumento assemelhado ao concedido recentemente pelo Governo Federal a seus servidores. Entendo que a concessão de valores em percentuais mais elevados às camadas do funcionalismo de menor remuneração, espelha preocupação legítima e de elevado alcance social.

Vale ainda destacar o tratamento dado pelo Plano de Lei aos cargos em comissão e às funções gratificadas. Ao longo do tempo, estas retribuições pelo exercício de cargos de chefia e de assessoramento, vinham sendo paulatinamente deterioradas, distanciando progressivamente a remuneração atribuída aos titulares de tais cargos em comissão ou funções gratificadas, das crescentes responsabilidades que lhes são cometidas. Esta anomalia vem acarretando sensíveis dificuldades do recrutamento e na manutenção de quadros de pes-

soal convenientemente capacitado para o exercício eficaz de funções vitais na estrutura estadual. Ao adotar uma posição realista em relação ao problema, procura também a administração fugir das soluções casuísticas, ou concessão de vantagens a outros títulos, tão frequentes na busca de soluções paliativas para problemas de tal natureza. Em relação ainda a este aspecto do Anteprojeto, permito-me lembrar que o Governo Federal agiu de forma assemelhada, em março de 1976, pelo Decreto Lei número 1445/76, equacionando o problema em sua área de atuação.

Ressalto também que as funções gratificadas são exclusivamente atribuíveis a funcionários públicos efetivos, enquanto que os cargos em comissão, embora sejam de provimento por livre escolha, em função de sua própria natureza, são em sua larga maioria, ocupados por servidores estaduais. Estas duas situações demonstram que o tratamento dado aos cargos em comissão e funções gratificadas constitui um novo estímulo ao funcionalismo.

Desejo ainda mencionar a preocupação do Executivo em dar um tratamento mais humano aos beneficiados por pensões especiais pagas pelo Estado, aos quais foram atribuídos valores muito superiores aos atualmente em vigor.

Tenho certeza, Senhor Presidente, de que o Governo do Estado, ao apresentar esta proposição o faz, imbuído dos mais elevados propósitos de conciliar as diretrizes financeiras nacionais, as disponibilidades orçamentárias ao Governo e as justas e legítimas aspirações do funcionalismo público.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão, das funções gratificadas dos quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar do Estado ficam fixados, a partir de 01 de janeiro de 1977, conforme as tabelas do anexo I, desta lei.

Art. 2º — Os vencimentos mensais dos membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, ficam fixados, a partir de 01 de março de 1977, nos valores constantes do anexo II, da presente lei.

Art. 3º — A gratificação de produtividade instituída pelas leis 6569, de 25 de junho de 1974, 6593, de 15 de agosto de 1974, 6641, de 04 de dezembro de 1974 e 6787, de 31 de maio de 1976, fica majorada em 30 por cento, a partir de 01 de janeiro de 1977.

Art. 4º — O valor do Salário-Família atribuído ao funcionalismo estadual fixa, a partir de 01 de janeiro de 1977, fixado em Cr\$ 53,00 (cinquenta e três cruzeiros).

Art. 5º — As vantagens instituídas pela lei número 6212, de 09 de agosto de 1971, ficam com seus atuais valores acrescidos de 30 por cento, a partir de 01 de janeiro de 1977.

Art. 6º — As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado, ou posto em disponibilidade.

Art. 7º — O valor previsto no artigo 5º, da Lei número 6537, de 15 de maio de 1974, alterado pelo artigo 3º da Lei número 6674, de 30 de maio de 1975, e artigo 6º da lei número 6763, de 24 de dezembro de 1975, fixa fixado em Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), a partir de 01 de janeiro de 1977.

Art. 8º — Os vencimentos do cargo em comissão de Diretor Adjunto do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, ficam fixados em Cr\$ 11.115,00 (onze mil, cento e quinze cruzeiros), a partir da data da publicação desta lei, sendo, em consequência, extinta a simbologia do referido cargo.

Art. 9º — Nas tabelas a que aludem os artigos 1º e 2º da presente lei, serão desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 10 — Os vencimentos e soldos de que tratam as tabelas anexas à presente lei englobam a gratificação de risco de vida e saúde, extinta e absorvida nos termos do artigo 57, da lei número 5978, de 01 de agosto de 1969.

Parágrafo único. — Fica expressamente revogada e sem nenhum efeito toda a legislação, com as respectivas regulamentações, pertinente à gratificação de que trata este artigo.

Art. 11 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## ANEXO I

**TABELA I**  
**PESSOAL EFETIVO DO PODER EXECUTIVO**

NÍVEL	VENCIMENTO
01	1.030,00
02	1.040,00
03	1.050,00
04	1.080,00
05	1.100,00
06	1.130,00
07	1.160,00
08	1.190,00
09	1.220,00
10	1.250,00
11	1.280,00
12	1.310,00
13	1.340,00
14	1.370,00
15	1.400,00
16	1.430,00
17	1.606,00
18	1.822,00
19	2.031,00
20	2.250,00
21	2.464,00
22	2.676,00
23	2.892,00
24	3.105,00
25	3.318,00
26	3.533,00
27	3.749,00
28	3.962,00
29	4.175,00
30	4.423,00

**TABELA II**  
**(PODER EXECUTIVO)**

a) POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	
Soldo do Posto de Coronel	6.760,00
b) POLÍCIA CIVIL	
Vencimento do Cargo de Delegado de Polícia de 1ª Classe	6.760,00

**TABELA III**  
**CARGOS EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO**

CARGOS	VENCIMENTO
Secretário de Estado	15.336,00
Procurador Geral do Estado	15.336,00
Chefes das Casas Civil e Militar	15.336,00
Subchefe da Casa Civil	13.942,00

Diretor Geral (Lei 6636/74)	13.942,00
Diretor da Polícia Civil	13.942,00
Diretor Geral do DETRAN	13.942,00
Diretor Geral do D.E.R.	13.942,00
Diretor Técnico do D.E.R.	12.675,00
Diretor Administrativo do D.E.R.	12.675,00
Diretor do D.I.O.E.	13.942,00
Diretor do D.E.A.M.	13.942,00
Diretor do I.A.M.	13.942,00
Superintendente do I.P.E.	13.942,00
Diretor do Departamento de Aplicação de Capital do IPE	11.115,00
Diretor do Depart. de Assistência Médica do IPE	11.115,00
Diretor do Depart. de Previdência do IPE	11.115,00
Diretor do I.B.P. T.	13.942,00

**TABELA IV**  
**CARGOS EM COMISSÃO DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS**

SÍMBOLO	VENCIMENTO
01-C	6.346,00
02-C	5.841,00
03-C	5.373,00
04-C	4.944,00
05-C	4.548,00
06-C	4.183,00
07-C	3.852,00
08-C	3.543,00
09-C	3.261,00
10-C	2.997,00
11-C	2.763,00
12-C	2.538,00
13-C	2.334,00
14-C	2.148,00
15-C	1.978,00

<b>TABELA V</b> <b>FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES EXECUTIVO LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E TRIBUNAL DE CONTAS</b>	
SÍMBOLO	VENCIMENTO
01-F	846,00
02-F	718,00
03-F	633,00
04-F	508,00
05-F	465,00
06-F	379,00
07-F	295,00
08-F	255,00
09-F	208,00
10-F	169,00

**TABELA VI**  
**PESSOAL EFETIVO DOS PODERES LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E TRIBUNAL DE CONTAS**

NÍVEL	VENCIMENTO
01	1.030,00
02	1.040,00
03	1.050,00
04	1.080,00
05	1.100,00
06	1.130,00
07	1.160,00
08	1.190,00
09	1.220,00
10	1.250,00
11	1.340,00

NÍVEL	VENCIMENTO
12 .....	1.410,00
13 .....	1.432,00
14 .....	1.457,00
15 .....	1.651,00
16 .....	1.839,00
17 .....	2.061,00
18 .....	2.284,00
19 .....	2.503,00
20 .....	2.724,00
21 .....	2.948,00
22 .....	3.172,00
23 .....	3.393,00
24 .....	3.614,00
25 .....	3.832,00
26 .....	4.053,00
27 .....	4.278,00
28 .....	4.499,00
29 .....	4.722,00
30 .....	4.493,00

**TABELA VII**  
**CARGOS DA PARTE PERMANENTE DO PODER**  
**LEGISLATIVO (EM COMISSÃO)**

CARGO	VENCIMENTO
Diretor Geral .....	13.942,00
Diretor de Departamento .....	9.759,00
Diretor do Gabinete de Assistência Técnica .....	9.759,00
Tesoureiro Geral .....	9.759,00

**CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR DO PODER**  
**LEGISLATIVO**

Diretor Adjunto .....	10.018,00
Assistente Técnico .....	10.018,00
Secretário de Comissão .....	8.817,00
Médico .....	7.641,00

**TABELA VIII**  
**CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR DO TRIBUNAL**  
**CONTAS DO ESTADO**

CARGO	VENCIMENTO
Secretário Geral .....	7.618,00
Diretor .....	7.300,00
Assessor Técnico da Presidência .....	6.666,00
Assistente Técnico da Presidência .....	6.666,00
Tesoureiro .....	6.666,00
Auxiliar de Tesoureiro .....	3.339,00
Secretário do Presidente .....	3.339,00
Delegado .....	3.339,00
Bibliotecário .....	2.893,00
Motorista .....	2.893,00
Assistente de Delegado .....	3.339,00
Arquivista .....	2.893,00

**TABELA IX**  
**PODER JUDICIÁRIO**

CARGO	VENCIMENTO
Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de	
Justiça (Em Comissão) .....	12.675,00
Vice-Diretor (Em Comissão) .....	10.140,00
Assistente .....	9.510,00
Assessor Jurídico .....	9.510,00
Diretor Sec. A.C.G.J. ....	9.510,00
Assessor de Recursos .....	9.510,00
Assessor Administrativo de Imóveis .....	9.510,00

**ANEXO II**

**TABELA II**  
**MAGISTRATURA**

CARGO	VENCIMENTO
Desembargador .....	25.350,00
Juiz do Tribunal de Alçada .....	24.082,00
Juiz de Entrância Final e Auditor da Justiça Militar ..	22.532,00
Juiz de Entrância Intermediária .....	20.280,00
Juiz de Entrância Inicial .....	18.252,00
Juiz Adjunto .....	16.426,00

**TABELA II**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

CARGO	VENCIMENTO
Conselheiro .....	25.350,00
Auditor .....	22.815,00
Procurador Geral Junto ao Tribunal de Contas ....	25.350,00
Procurador junto ao Tribunal de Contas .....	22.815,00

**TABELA III**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

CARGO	VENCIMENTO
Procurador Geral da Justiça .....	25.350,00
Procurador da Justiça .....	22.532,00
Promotor da Justiça de Entrância Final e Curador ..	20.280,00
Promotor de Justiça de Entrância Intermediária ...	18.252,00
Promotor de Justiça de Entrância Inicial .....	16.426,00
Promotor Substituto .....	13.140,00
— À Comissão de Constituição e Justiça.	

**OFÍCIOS:**

Sob os números 222, 223, 224 e 225/76, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido SANCIONADO os Projetos de Lei números:

107/75 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o número 48/75, encaminhando anteprojeto de Lei autorizatório que visa estabelecer por Decreto, o percentual das taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, que constituem Receitas dos Fundos de Reequipamentos que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 6486. — AGRADEÇA-SE.

179/75 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o número 142/75, encaminhando anteprojeto de Lei que visa transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, uma área de terras, com 27.713,00 m<sup>2</sup> (vinte e sete mil, setecentos e treze metros quadrados) de propriedade do Estado, situada no Bairro Atuba, município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 6847. — AGRADEÇA-SE.

131/75 — Do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública, o Lar ELIM CANAÃ, da cidade de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o número 6848. — AGRADEÇA-SE.

99/76 — Do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, que autoriza a Sociedade Rural do Paraná, a doar área de terras ao Sindicato Rural de Londrina, com sede no referido município, o qual convertido em Lei tomou o número 6849. — AGRADEÇA-SE.

Sob números 227, 228 e 236/76, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido SANCIONADO os Projetos de Lei números:

116/76 — Da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 284/76, que cria no município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Lindoeste, o qual convertido em Lei tomou

o número 6.851. — AGRADEÇA-SE.

124/76 — Do Senhor Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública, através sua Delegacia Regional do Paraná, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, com sede e Foro na cidade do Rio de Janeiro, o qual convertido em Lei tomou o número 6.852. — AGRADEÇA-SE.

109/76 — Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o número 6.850. — AGRADEÇA-SE.

Sob os números 01/77, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

123/76 — Oriundo de Mensagem Governamental número 130/76, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva denominar "Grupo Escolar" Professora Isabel Lopes Santos Souza", o Grupo Escolar de Pinheirinho, bairro desta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.853. — AGRADEÇA-SE.

134/76 — Do Senhor Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública o "Centro Espírita Jesus Perante a Cristandade", com sede na cidade de Castro, o qual convertido em Lei tomou o número 6.854. — AGRADEÇA-SE.

133/76 — Do Senhor Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública o "Lar Mariliana Barbosa", da cidade de Castro, o qual convertido em Lei tomou o número 6.855. — AGRADEÇA-SE.

101/76 — Do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública a Sociedade Civil de Direito Privado "Desafio Jovem Batel", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.856. — AGRADEÇA-SE.

122/76 — Do Senhor Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública o "Camping Clube do Brasil", Secretaria Regional do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 6.857. — AGRADEÇA-SE.

118/76 — Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul "ANACREONTE VIEIRA BODEVAN", com sede e foro na cidade de Iporã, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 6.858. — AGRADEÇA-SE.

147/76 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o número 109/76, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao "caput" do artigo 8º, da Lei número 6.364, de 29/12/72 (Lei Orgânica dos ICM), o qual convertido em Lei tomou o número 6.859. — AGRADEÇA-SE.

02/76 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o número 20/76, encaminhando anteprojeto objetivando dar nova redação à Lei número 6.517, de 02 de janeiro de 1974, que dispõe sobre a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 6.860. — AGRADEÇA-SE.

59/76 — Oriundo de Mensagem Governamental número 46/76, encaminhando anteprojeto de Lei autorizatório para o Governo do Estado do Paraná lavrar Convênio com o Estado de São Paulo, objetivando eleger Juízo Arbitral a fim de dirimir controvérsias sobre seus limites interestaduais, e indicar como media-

dor o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o qual convertido em Lei tomou o número 6.861. — AGRADEÇA-SE.

106/76 — Oriundo de Mensagem Governamental número 115/76, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas de Pessoal contratado pela Consolidação das Leis Trabalhistas, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 6.862. — AGRADEÇA-SE.

Sob o número 15/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando que designou para líder do Governo, junto a esta Assembléia Legislativa, o Senhor Deputado da Aliança Renovadora Nacional, LUIZ ROBERTO SOARES. — Ao conhecimento da Casa.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Coronel André Luiz dos Santos, Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — EBCT, solicitando a instalação de Postos de Correio nos distritos de Boa Vista da Aparecida e Alto Alegre, no município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

### JUSTIFICATIVA:

Contando com uma população já bastante elevada, os progressistas distritos de Boa Vista da Aparecida e Alto Alegre ressentem-se sobremaneira da falta de um Posto de Correio, visto que, seus habitantes necessitam deslocar-se até a sede do município para expedir ou receber comunicações.

Além da grande distância que separa esses distritos da sede municipal, acrescida do fato de ser necessária a travessia de um rio, por meio de balsa, ocasionando enorme demora na entrega da correspondência, muitas vezes ocorrem extravios e devoluções de cartas que, pela dificuldade de acesso, não são procuradas pelos respectivos destinatários.

Assim, a instalação de Postos de Correio nesses distritos é uma reivindicação justa que vem sendo feita por essas comunidades e que estamos certos será devidamente apreciada pela EBCT regional, dentro do elevado discernimento que caracteriza o seu titular.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Renato Antônio Johnsson, mui digno Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, solicitando que seja realizado, em regime de urgência, estudos de viabilidade no sentido de proceder no menor prazo possível a implantação do serviço telefônico no distrito de Iolanda, da comarca de Ubatã.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1977.

(a) EDILSON ALENCAR

### JUSTIFICATIVA:

O pedido acima, é dos mais louváveis e justos, em razão de ficar o mencionado distrito 20 km aproximadamente da comarca de Ubatã, atualmente em grande destaque no cenário político do Paraná.

A sua população orgulhosa do seu distrito, chamam-no de "Cidade Iolanda".

O distrito, hoje, possui grande população e elevado número de eleitores, por sinal, depois da comarca sede é o segundo colégio eleitoral do município.

A "Cidade Iolanda", como dizem os seus moradores está bastante sacrificada em razão da inexistência de telefones.

Em época chuvosa, por exemplo, a população fica quase que impedida de comparecer à comarca pela deficiência das estradas, no estio, a poeira cobre o leito das mesmas, dificultando a visibilidade do motorista e vez por outra até ocasionando sérios acidentes de automóveis.

Portanto, o presente pedido é de todo justo.

Espero que a Casa o aprove, para o bem e felicidade de uma cidade que não faz outra coisa a não ser, trabalhar e contribuir para o desenvolvimento do município e do Estado.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Ratificando pedidos anteriores, requeiro regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando que S. Exa. se digne determinar as medidas necessárias para as instalações, no município de Rio Negro, de posto de identificação e de CIRETRAN.

Ao lado de muitos outros municípios paranaenses que reclamam deste benefício, Rio Negro, por sua peculiar situação geográfica — vizinho à cidade catarinense de Mafra — tem mais urgência do solicitado, uma vez que, possuindo estes recursos à cidade ao lado, centenas de paranaenses se identificam e encaminham cartas de motoristas em Santa Catarina, fato que a curto, médio e longo prazos trazem prejuízos ao Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar expediente ao Senhor Secretário da Educação e Cultura, solicitando a construção de uma unidade escolar no município de Castro.

Referida solicitação pretende-se seja incluída no programa de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, tendo em vista que naquela cidade funcionam três estabelecimentos de ensino num único prédio, que é alugado pelo Estado e cuja construção por ser muito antiga, tem dificultado sobremaneira o trabalho de educação das escolas que o utilizam.

Ali funcionam, no velho prédio do extinto Ginásio Diocesano de Santa Cruz, a Escola de Aplicação, a Escola Normal Colegial Amanda Carneiro de Mello e a Escola de Comércio Carlos Decker.

Somente a construção de um prédio próprio dentro da filosofia do programa do FAS, poderia solucionar o grave problema que tem sido enfrentado naquele município, por três de seus mais importantes estabelecimentos de ensino.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Que, os fundos que serão recolhidos compulsoriamente na venda de cupons para consumidores de gasolina, sejam aplicados a curto e médio prazo, na aquisição de ÔNIBUS ELÉTRICOS para serem revendidos às Prefeituras ou "pool" de empresas de transporte coletivo das capitais e cidades de grandes densidades populacionais, especialmente proletária, cujos ÔNIBUS além de solucionar a atual escassez de veículos coletivos e dificuldades reclamadas, ocasionarão economia de combustível importado.

A principal justificação é a economia de combustível e melhoria no transporte urbano coletivo, mas é ponderável nesta sugestão o aspecto da abundância de energia Elétrica principalmente em nosso Estado, com mais de 3 grandes usinas hidroe-létricas e a de Itaipu em construção.

Também se justifica pois os ÔNIBUS ELÉTRICOS não poluem as cidades.

As cidades e capitais que já estão utilizando ÔNIBUS ELÉTRICOS darão maiores justificativas à presente sugestão.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, Secretário da Segurança Pública, o seguinte apelo:

No sentido de ser afastado do cargo de Delegado de Polícia de Ivaiporã, o atual titular, Senhor ODJALMA SABÓIA, visto as irregularidades que o mesmo vem praticando naquela Delegacia, conforme prova que a este anexamos, do recente episódio ocorrido naquela cidade. (Publicação do Jornal "TRIBUNAL DA CIDADE" — de 06 de março de 1977).

Sala das Sessões, em 09 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, vem na forma regimental requerer e apresentar uma sugestão ao Exmo. Sr. Secretário do Bem-Estar Social e Saúde Pública, com o objetivo de descentralizar e dotar o norte do Paraná de um Núcleo de Atendimento ligado ao Departamento de Bem-Estar Social, para atendimento aos indigentes e portadores de defeitos físicos que necessitam de aparelhos mecano-ortopédicos para trabalharem e subsistirem, e, que vem diariamente, a muitos anos, se deslocando à Capital para obterem pernas mecânicas etc.

A justificativa é óbvia, pois Apucarana é o centro rodoferroviário do norte do Paraná, e por isso foi escolhida como melhor local para o Núcleo de Atendimento Médico-Social.

Também, viável pela existência em Apucarana, de uma indústria de Aparelhos Ortopédicos, a Ortopédica Apucarana, que tem sobejas condições de atender com eficiência e menor preço, os casos que vêm do norte e são atendidos em Curitiba por licitantes-credenciados a preços exagerados e sem certificado de garantia.

A Ortopédica Apucarana, emite certificados de garantia de pernas mecânicas e outros aparelhos enquanto que em Curitiba, tal garantia não vem sendo dada e os atendidos ao reclamarem dos aparelhos foram repelidos perdendo viagens para tal ajustamento, o que é muito criticável.

O Núcleo a ser instalado, será sediado próximo e em estreita ligação com o Distrito Sanitário e obedecerá a ordem cronológica de protocolo para o atendimento aos necessitados, tudo dentro das dotações etc.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Pausa). — Tendo declinado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — (Lendo): "Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

O Governo Brasileiro acaba de renunciar à assistência militar dos Estados Unidos, em créditos para aquisição de equipamentos de defesa, por discordar da ingerência do Governo daquele país nos assuntos internos brasileiros. Sabemos que por trás do surrado tema dos direitos humanos — em que somos acusados, pasmem, de praticar discriminação racial, estão as pressões americanas contra o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Aos Estados Unidos prendem-nos laços duradouros de amizade e aliança. Doutro lado, como integrantes da comunidade ocidental, temos recebido apoio e estímulo da grande nação americana. Continuamos a desejar que este proveitoso intercâmbio econômico e cultural se mantenha, para o futuro.

Mas não podemos aceitar, como nação soberana, que outro país procure nos ditar normas de conduta no campo internacional. O Brasil tem uma tradição secular de pacifismo; abolimos em nossa Constituição, a guerra de conquista; respeitamos nossos vizinhos. Daí porque não vemos, na tentativa de acertar nosso passo para a independência nuclear, senão o interesse comercial ferido ou a hegemonia atômica ameaçada das superpotências.

Por que o Brasil defende, tão tenazmente, o seu direito à exploração pacífica do átomo? O General Meira Mattos, respeitado estudioso, nos responde em seu recente livro "BRASIL, GEOPOLÍTICA E DESTINO":

"O problema energético mundial mostra-se crítico. As reservas mundiais de energia convencional mal alcançam o fim deste século. Nos Estados Unidos, espectro da crise é assustador, por isto a nação norte-americana já se preveniu entrando decisivamente na era da energia nuclear que virá substituir as carências que forem surgindo nas fontes convencionais de energia".

"O mesmo estão fazendo os países mais desenvolvidos da Europa e da Ásia. Ficamos nós, "sentados à porta da choupana", esperando que as coisas aconteçam, não seria a posição desejada para um governo dinâmico e responsável".

E continua, o General Meira Mattos:

"Não tínhamos outro caminho senão o de apelar para a energia do átomo. Mas o processo de conquista de uma nova tecnologia é lento e difícil. É preciso começar logo, para se alcançar os primeiros resultados substanciais em 15 anos".

Para encerrar, dizendo:

"O ponto de vista brasileiro — que se submeteu às exigências de salvaguarda exigidas pela Agência Internacional de Energia Nuclear — é que o Brasil, na sua marcha para o progresso, diante dos objetivos que pretende alcançar no ano 2.000, não pode prescindir do domínio completo da tecnologia nuclear. Não correspondente às nossas metas de expansão, aceitar uma limitação injustificável no campo da produção da energia nuclear para os fins exigidos pelo nosso desenvolvimento em escala de potência. Nem há fundamento moral válido para aceitarmos essas restrições à nossa soberania, por parte daqueles que se arvoram em juizes dos perigos da expansão da tecnologia do átomo, enquanto se armam cada vez mais e com engenhos cada vez mais devastadores".

Srs. Deputados:

Peço que esta Casa, neste momento básico para a afirmação do Brasil como entidade nacional soberana, una-se em apoio ao Chefe da Nação e aos seus líderes, na defesa do nosso direito ao uso pacífico da energia nuclear, para superarmos a crise de energia e garantirmos um futuro melhor para nossos filhos".

O SR. PRESIDENTE (Luiz Roberto Soares). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado. — (Pausa). — Tendo declinado, concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel. — (Pausa). — Não se encontrando presente o nobre Deputado, está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Números oficiais comprovam o ascendente movimento imigratório que se verifica nas regiões Noroeste e Oeste do Paraná.

Com notabilidade, onde principalmente os nossos agricultores têm demandado em busca das terras dos Estados matogrossense, goiano, paraense, amazonense de preferência, e outros.

As causas são facilmente identificáveis. No Noroeste, praticamente, o êxodo rural é motivado pela substituição da lavoura cafeeira, por pastagens, ocorrendo assim, a presença de latifúndios e o aproveitamento de poucos braços.

Entretanto, a gravidade do problema reside já no Oeste, nas questões criadas pela existência de significativo número de propriedades rurais destituídas de amparo legal, destituídas de escrituras definitivas, NUMA PROVA INCONTESTE E INADMISSÍVEL DO ALHEIAMENTO DO GOVERNO EM TORNO DA QUESTÃO.

Isto aí acarreta profundos REFLEXOS NEGATIVOS PARA A ECONOMIA DO ESTADO E COMO CAUSA DE GRAVES PROBLEMAS SOCIAIS; pois, portadores de simples títulos de posse, pequenos proprietários, se vêm aliçados dos benefícios naturalmente proporcionados pelas competentes Escrituras, pelos documentos de Registro Público.

Já falamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos problemas da Região do Extremo Noroeste do Paraná, crucialmente os municípios de São Pedro do Paraná, Loanda, Marilena, Porto Rico; inclusive, tivemos já a satisfação de sermos atendidos pelo departamento competente do Estado, que, na oportunidade, isto no ano passado, liberou centenas de títulos definitivos de propriedades agrícolas daquela área.

Mas ainda há muita coisa para fazer.

Tivemos que tolerar uma burocracia realmente deletéria, que norteia esta situação do Departamento de Terras. Naquela oportunidade, tivemos que contemplar, estarecidos, uma atitude ignominiosa do Sr. Governador do Estado do Paraná.

Eis que o Departamento de Terras expediu os títulos definitivos destes agricultores beneficiados seis meses, ou mais, do dia da entrega festiva, ocorrida nos municípios de São Pedro do Paraná, Loanda, Porto Rico, com a presença do Sr. Governador Jayme Canet Júnior.

Pois, por ordem de S. Exa. o Chefe do Executivo, o Departamento de Terras foi simplesmente proibido de fazer a entrega dos títulos, mas teve que aguardar ainda pessoal do Sr. Governador que encampou a política para as eleições ocorridas no ano passado; iria fazer a sua politicazinha doméstica, entregando os títulos aos proprietários daquelas áreas.

Mas, hoje, nós abordamos o caso específico do município de Terra Roxa, onde mais de mil minifundiários não possuem, ainda, o competente e devido registro junto ao Cartório de Imóveis.

Informações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fonte fidedigna dão conta que, por concessão da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, a CODAL, idônea empresa colonizadora sediada em Londrina, realizou o loteamento daquele município de acordo com a Lei número 58, que regulamenta tais atividades.

Estranhamente, em 1962, a referida Fundação cessou suas atividades, extinta que foi, por ato governamental, deixando, então, no município de Terra Roxa, mais de mil propriedades descrituradas, porque impede aos seus modestos proprietários o acesso a quaisquer financiamentos junto aos diversos órgãos



de crédito, pois os simples títulos de posse são insuficientes como garantia financeira.

Apelos dramáticos e sem conta, foram dirigidos ao Departamento Geral de Terras e Cartografias aos respondentes pela ex-Fundação e ao próprio Governador Jayme Canet Júnior. Cito manifesto assinado há quase 2 anos pelos então Vereadores daquele município, memorial entregue ao Governador do Estado, em mãos, relatando o problema e pleiteando urgentes medidas para equacionamento do mesmo. Do Governador do Estado, os signatários receberam promessa de solução imediata.

É de não se compreender o significado que S. Exa. dá ao termo "imediato".

É de não se compreender o desrespeito de S. Exa. para com compromisso celebrado, mesmo que verbalmente, com os que, na época, representavam o povo de Terra Roxa que, na oportunidade, reivindicaram o que de direito de seus representantes, os pequenos agricultores lá radicados e desamparados pela lei.

É fácil pois, entender, Srs. Deputados, a crescente busca de terras de outros Estados vizinhos que, aos paranaenses, o Governo nada oferece em termos de segurança. Entre parênteses, o que não ocorre às vésperas das campanhas eleitorais.

Pretendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, alertar esta Casa, afirmando que o êxodo rural verificado em Terra Roxa é crescente e assumirá proporções desoladoras após as negociações da safra de soja deste ano. Prevê-se uma debandada geral. No entanto, cumpre registrar o nosso respeito à CODAL, na pessoa do seu diretor, emérito colonizador Sr. Lucílio de Held, que muito tem trabalhado para conseguir junto ao Governo do Paraná a regularização das terras do município por ele colonizado.

Originariamente, são 884 propriedades que variam de cinco a trinta alqueires; mas, que subdivididos, totalizam mais de mil sítios nas condições citadas.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço o apoio para a proposição que passo a ler, fixando com a palavra o Sr. Governador do Estado do Paraná. (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, seja inquirido o Sr. Governador do Estado, sobre as providências para solução do problema que afeta mais de 1.000 proprietários rurais radicados no município de Terra Roxa, os quais, até a presente data, não possuem a competente Escrituração legal de suas terras e reivindica junto ao mesmo, urgente manifestação a respeito.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO"

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Iniciamos uma empreitada que, acreditamos ter a finalidade da dignificação do povo do Paraná. Pesquisas temos feitas nas formas que nos são permitidas. Alcançamos até o presente alguns resultados que justificam plenamente a nossa preocupação. Outros requerimentos haveremos de apresentar na próxima semana, revestidos de pedidos de informações que correspondem perfeitamente à caminhada que devemos palmilhar para chegarmos ao objetivo colimado.

Hoje, Sr. Presidente, apenas como sugestão a V. Exa. como Chefe da Executiva deste Poder Legislativo, pediremos providências de V. Exa., no sentido de que, através de um ato emanado de V. Exa., fizesse o chamamento dos funcionários deste Poder que por ventura se encontram à disposição e a serviço de outros departamentos do Estado do Paraná, ou das Prefeituras Municipais, se isto estiver a acontecer.

Nós entendemos que expediente desta natureza é necessário para que V. Exa., acima de tudo, verifique onde se en-

contra invés de aqui estarem prestando serviços estão evadidos por anos e anos seguidos e todos nós sabemos disso.

Deixamos então, nesta oportunidade, Sr. Presidente, como um dos integrantes deste Poder a sugestão, de que V. Exa. providencie com a urgência que o caso requer, este documento de chamamento, este expediente de chamamento dos funcionários do Poder Legislativo que aqui não se encontram.

Era isto Sr. Presidente; era isto Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta o Sr. Deputado Trajano Bastos, líder do MDB, se deseja ocupar o horário destinado ao seu Partido.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Havendo declinado, consulto a ARENA se deseja usar o horário que regimentalmente lhe é atribuído.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 41/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto Nossa Senhora das Mercês, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — Em regime de Urgência. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que se digne determinar estudos visando a implantação do serviço telefônico no distrito de Iolanda, da comarca de Ubiratã. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encarecendo a instalação de Postos de Correio nos distritos de Boa Vista da Aparecida e Alto Alegre, no município de Leônidas Marques. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que se digne determinar as medidas necessárias para as instalações no município de Rio Negro, de posto de identificação e de CIRETRAN. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, encarecendo a construção de uma unidade escolar, no município de Castro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Ministro da Fazenda, sobre a aplicação dos Fundos de Empréstimo compulsório da gasolina — Pró ônibus elétrico. — Em discussão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário de Saúde Pública e Bem-Estar



Social, com o objetivo de descentralizar e dotar o norte do Paraná de Núcleo de Atendimento ligado ao Departamento de Bem Estar Social. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de ser afastado do cargo de Delegado de Polícia de Ivaiporã, o atual titular. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

A Presidência solicita desculpas aos Srs. Deputados por não haver atendido para as solicitações de discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piêtrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, sobre providências para solucionamento do problema que afeta mais de 1.000 proprietários rurais radicados no município de Terra Roxa, os quais, até a presente data não possuem a competente escrituração legal de suas terras. — APROVADO.

Sobre a mesa, expediente, firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, na qualidade de Líder da ARENA, indicando os Srs. Deputados que irão compor as Comissões Técnicas da Casa, e será lida pelo Sr. Primeiro Secretário.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO: (LENDO):

“Senhor Presidente.

Dando cumprimento no que preceitua o art. 38 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, a ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL, através desta Liderança, INDICA para os fins de direito, os nomes dos senhores Deputados da ARENA que deverão compôr as diferentes Comissões Técnicas, conforme abaixo relacionada:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Membros Efetivos:

DÁCIO LEONNEL, EZEQUIAS LOSSO, GILBERTO CARVALHO, PAULO CAMARGO, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, FABIANO BRAGA CÔR-  
TES;

Suplentes:

BASÍLIO SANUSSO, JORGE SATO, WILSON FORTES, JOÃO KALIL FADEL, AUGUSTO CARNEIRO, AGUINALDO PEREIRA LIMA.

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Membros Efetivos:

FUAD NACLI, FRANCISCO ESCORSIN, JORGE SATO, EGON PUDELL;

Suplentes

AUGUSTO CARNEIRO, WILSON FORTES, EZEQUIAS LOSSO, AGUINALDO PEREIRA LIMA.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Membros Efetivos:

ALFREDO GULIN, LÁZARO DUMONT, WILSON FORTES;

Membros Efetivos:

AGUINALDO PEREIRA LIMA, FRANCISCO ESCORSIN, GILBERTO CARVALHO.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Membros Efetivos:

JOÃO KALIL FADEL, AGUINALDO PEREIRA LIMA, GABRIEL MANOEL, LUIZ GABRIEL SAMPAIO;

Suplentes:

ALFREDO GULIN, LÁZARO DUMONT, FUAD NACLI, EZEQUIAS LOSSO.

#### COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO:

Membros Efetivos:

WERNER WANDERER, LÁZARO DUMONT, EGON PUDELL;

Suplentes:

GABRIEL MANOEL, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, GILBERTO CARVALHO.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Membros Efetivos:

AUGUSTO CARNEIRO, WERNER WANDERER, LUIZ GABRIEL SAMPAIO;

Suplentes:

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, GILBERTO CARVALHO, PAULO CAMARGO.

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Membros Efetivos:

FRANCISCO ESCORSIN, FUAD NACLI, BASÍLIO ZANUSSO;

Suplentes:

EZEQUIAS LOSSO, PAULO CAMARGO, EGON PUDELL.

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Membros Efetivos:

AUGUSTO CARNEIRO, WERNER WANDERER, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA;

Suplentes:

PAULO CAMARGO, AGUINALDO PEREIRA LIMA, WILSON FORTES.

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Membros Efetivos:

EZEQUIAS LOSSO, FABIANO BRAGA CÔR-  
TES, PAULO CAMARGO;

Suplentes:

JOÃO KALIL FADEL, DAVID FEDERMANN, JORGE SATO.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Membros Efetivos:

WERNER WANDERER, FABIANO BRAGA CÔR-  
TES, WILSON FORTES;

Suplentes:

GILBERTO CARVALHO, EZEQUIAS LOSSO, DÁCIO ELONEL.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Membros Efetivos:

PAULO CAMARGO, DAVID FEDERMANN, JOÃO KALIL FADEL;

Suplentes:

JORGE SATO, GABRIEL MANOEL, AUGUSTO CARNEIRO.

#### COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

**Membros Efetivos:**

ALFREDO GULIN, FUAD NACLI, GABRIEL MANOEL;

**Suplentes:**

EGON PUDELL, WERNER WANDERER, JORGE SATO.

**COMISSÃO DE POLÍCIA**

**Membros Efetivos:**

AGUINALDO PEREIRA LIMA, FRANCISCO ESCORSIN, BASÍLIO ZANUSSI;

**Suplentes:**

EZEQUIAS LOSSO, WERNER WANDERER, DÁCIO LEONEL.

**COMISSÃO DE TURISMO**

**Membros Efetivos:**

WILSON FORTES, DAVID FEDERMANN, AUGUSTO CARNEIRO

**Suplentes:**

FRANCISCO ESCORSIN, GABRIEL MANOEL, EZEQUIAS LOSSO.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1.977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

Líder da ARENA"

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte:

**ORDEM DO DIA:**

**PRIMEIRA DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 120/76. e marcando ainda, uma sessão, para sexta-feira, dia 11, às 10,00 horas com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**PRIMEIRA DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 130/76.

Levanta-se a sessão.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**OITAVA LEGISLATURA**

**SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Benedito Lúcio Machado e Gabriel Manoel. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE RESOLUÇÃO 352/76 - de autoria da CCJ., Mensagem do Poder Executivo 152/76 - ex-Proposição 450/76, Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Indianópolis objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 353/76 - de autoria da CCJ., Mensagem 162/76, ex-Proposição 463/76.

Mensagem do Poder Executivo, ex-Proposição 456/76. Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR e o Município de SÃO MATEUS DO SUL, objetivando execução de serviços complementares no prédio destinado à Terceira Sub-Divisão Policial sediada no referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 355/76 - de autoria da CCJ., Mensagem do Poder Executivo 156/76, ex-Proposição 457/76. Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Terra Boa, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 356/76 - de autoria da CCJ., Mensagem 157/76, ex-Proposição 458/76. Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GUARACI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Pareceres do Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO, favoráveis-aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO 357/76 - de autoria da CCJ., Mensagem 158/76 - ex-Proposição 459/76 - Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 357/76 - de autoria da CCJ., Mensagem do Poder Executivo 158/76 - ex-Proposição 459/76 - Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, objetivando a execução de Obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 358/76 - de autoria da CCJ., Mensagem do Governo do Estado 159/76 - ex-Proposição 460/76 - Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de TERRA RICA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 359/76 - de autoria da CCJ., Mensagem do Governo do Estado 161/76 - ex-Proposição 462/76 - Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São João do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 360/76 - de autoria da CCJ., Mensagem Governamental 163/76 - ex-Proposição 464/76 - Aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado por intermédio da Secretaria de Estado do Interior, através da SUCEPAR - e a Prefeitura de Pérola, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, no referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 361/76 - de autoria da CCJ., Mensagem Governamental 164/76 ex-Proposição 465/76 - Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de S'AO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Pareceres do Senhor Deputado Gabriel Manoel, favoráveis-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Terezinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais. ....

**QUIELSE CRISÓSTOMO**

Presidente

Terezinha B. de Moura e Claro  
Secretária